



Movimento
Indígena
do Acre



TERMO DE REFERÊNCIA N° 03/2026

PROJETO “FORTALECIMENTO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA COIAB E DA REDE DE ADVOGADOS E ADVOGADAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA”

Título da vaga: Assistente Administrativo Jurídico Indígena

Setor: Assessoria jurídica

Tipo de contrato: Pessoa jurídica

Período de inscrição: 30/01/2026 a 15/02/2026

Previsão de início: 01/03/2026

1. COIAB

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), maior organização regional indígena do Brasil, fundada em 19 de abril de 1989, tem como missão defender os direitos à terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade dos povos e organizações indígenas, considerando a sua diversidade, e visando sua autonomia mediante articulação e fortalecimento. Sua área de atuação abrange os nove estados amazônicos: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, subdivididos em 64 regiões. Esse território de aproximadamente 110 milhões de hectares é lar de 60% do total da população indígena do Brasil, onde vivem mais de 160 povos, e uma população estimada em mais de 850 mil pessoas indígenas, que vivem em territórios tradicionais ou nos centros urbanos, além dos indígenas que evitam o contato com a sociedade nacional vivendo de forma autônoma na floresta.

As ações da Coiab são pautadas a partir de seis eixos de atuação: 1) Gestão, fortalecimento político e desenvolvimento institucional da Coiab; 2) Defesa dos direitos indígenas e políticas públicas prioritárias; 3) Autonomia e sustentabilidade dos povos e territórios indígenas; 4) Formação política e técnica; 5) Gênero, infância e juventude indígena na Amazônia e; 6) Defesa dos direitos dos povos indígenas isolados.

2. PROJETO E JUSTIFICATIVA

A despeito do Brasil contar com uma Constituição indiscutivelmente baseada em princípios que visam a construção de uma sociedade pluriétnica e multicultural através da consolidação, valorização e promoção das diferenças culturais e diversidade étnica e social do país, os cenários político e jurídico, que ao longo da história submeteram os povos indígenas a desafios persistentes, atingiram ápices recentes com a institucionalização intensificada da violação dos direitos indígenas na região amazônica. Os ataques a direitos e garantias não apenas ameaçam o patrimônio cultural e ambiental das comunidades, mas, de maneira ainda mais crucial, colocam em risco seus direitos fundamentais ao território e à vida. Diante desse contexto, é evidente para a COIAB a extrema importância de manter uma assessoria jurídica especializada e autônoma, capaz de fornecer suporte legal alinhado às estratégias dos povos originários.

Nesse sentido, a COIAB em parceria com a NiaTero, através do projeto “Fortalecimento da Assessoria Jurídica da Coiab e da Rede de Advogados e Advogadas Indígenas da Amazônia” busca fortalecer sua assessoria especializada para melhor atender às demandas dos povos indígenas da Amazônia, evitando retrocessos irreversíveis aos direitos e garantias e paralelamente alcançar resultados que impactem de forma estrutural na superação da lacuna persistente entre o avanço normativo de reconhecimento de direitos específicos e universais e sua efetivação para que os povos e comunidades possam gozá-los de forma plena.



Movimento
Indígena
do Acre



3. OBJETIVO

O presente termo de referência (TDR) pretende contratar um(a) Assistente Administrativo Jurídico (a) Indígena para atuar no âmbito do projeto “Fortalecimento da Assessoria Jurídica da Coiab e da Rede de Advogados e Advogadas Indígenas da Amazônia”.

4. ESCOPO DE TRABALHO

Como atividades do(a) Assistente Administrativo Jurídico espera-se:

- a. Que utilize das técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas ao serviço, apoio técnico à Assessoria Jurídica Indígena, conforme as práticas atualizadas, reconhecidas e utilizadas pelo círculo profissional pertinente, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma, a cumprir suas obrigações com diligência, eficiência, racionalidade e economia;
- b. Realizar o acompanhamento dos projetos vinculados à assessoria jurídica indígena, abrangendo a elaboração de relatórios técnicos, monitoramento da execução financeira e demais atividades pertinentes;
- c. Acompanhar as agendas da Assessoria Jurídica Indígena, Rede de Advogados/as Indígenas da Amazônia Brasileira;
- d. Participar de reuniões, oficinas, debates, eventos e seminários promovidos, no âmbito da entidade (presenciais e virtuais);
- e. Elaboração de memórias de reuniões, quando necessário;
- f. Acompanhar as reuniões designadas pela COIAB;
- g. Suporte para a Assessoria Jurídica Indígena e Rede de Advogados/as Indígenas da Amazônia;
- h. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao cargo;
- i. Elaboração de planilhas e auxílio na elaboração de notas técnicas;
- j. Participar e colaborar com a Clínica de Direitos Indígenas e com a Rede de Advogados e Advogadas Indígenas da Amazônia Brasileira.

5. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

O(a) candidato(a) deverá atender aos seguintes critérios:

- a. Ser indígena, reconhecido por sua comunidade e organização de base;
- b. Ser bacharel em Direito por instituição reconhecida pelo MEC.
- c. Experiência comprovada na área administrativa, bem como atuação relacionada aos direitos indígenas, preferencialmente com vivência profissional na região Amazônica;
- d. Habilidade para elaboração de documentos jurídicos e relatórios técnicos;
- e. Ser membro atuante da Rede de advogados e Advogadas indígenas da Amazônia Brasileira, bem como da Clínica de direitos indígenas da COIAB será um diferencial;
- f. Disponibilidade para viagens e atuação em territórios indígenas.

6. DA CONFIDENCIALIDADE

Manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos com sua participação, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, desenhos, cópias, diagramas, modelos, fluxogramas, esboço, fotografias, softwares, discos, disquetes, pen drives, processos, projetos, dentre outros.



Movimento
Indígena
do Acre



Por fim, para garantir direitos coletivos, a COIAB tem como premissa a luta contra a discriminação. Assim, a COIAB não corrobora com candidatos com históricos de assédio moral, acusações infundadas, abuso de poder, violação da privacidade e direitos civis, assédio sexual e constrangimento com conotação sexual no ambiente de trabalho, xenofobia, entre outros.

7. PRAZOS

O contrato terá vigência inicial de 03 (três) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme acordado entre as partes.

8. FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos ocorrerão mediante apresentação de relatório com os produtos/atividades e nota fiscal. Todos os impostos são de responsabilidade do prestador de serviço, bem como não será realizado pagamento em conta corrente de pessoa física.

9. CANDIDATURA

Conforme o perfil apresentado no item 5, o candidato/a será selecionado via análise de perfil, experiência profissional, além de apresentar os conhecimentos, habilidades e atitudes, conferindo a competência necessária para atuar no cargo. A seleção se dará entre os dias 30/01/2026 a 15/02/2026, com divulgação nas redes sociais e site da coiab www.coiab.org.br. Para ser considerado(a) para esta vaga, o (a) candidato deve enviar seu currículo para o e-mail: juridico@coiab.org.br, com o assunto “Prestação de serviços como Assistente Administrativo Jurídico (a) no âmbito do projeto Fortalecimento da Assessoria Jurídica da COIAB e Rede de Advogados e Advogadas Indígenas da Amazônia Brasileira”. O/a interessado/a deverá encaminhar também, caso houver, uma declaração de grau de parentesco com colaboradores, coordenadores ou prestadores de serviços da COIAB, para o e-mail: juridico@coiab.org.br.

Auzerina Melo Duarte
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA INDÍGENA DA COIAB